

**A) Direito Notarial****I (onze valores)**

*Marcelo*, casado com *Emília*, sob o regime da comunhão geral, dirige-se a um Cartório Notarial, solicitando a elaboração de um documento pelo qual à sua morte conste o seguinte:

a) que deixa à sua sobrinha *Catarina* um prédio urbano situado na freguesia de São Sebastião da Pedreira do concelho de Lisboa, inscrito na matriz urbana sob o artigo 100, bem com o respetivo recheio, pretendendo ainda que o prédio se mantenha na família de *Catarina* por 3 gerações;

b) que também deixa o seu veículo automóvel de marca Mercedes modelo A100 ao seu médico, o qual tem vindo a tratar de si, dada a doença terminal de que padece;

c) que deixa ao seu filho *José* o usufruto da sua casa de habitação, situada em Sesimbra, a que corresponde o artigo matricial 500, mas apenas enquanto for solteiro;

d) que deixa ainda a quantia de 5.000 euros aos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, e o quadro de Paula Rego ao *Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado*;

e) que pretende que a sua mulher *Emília* receba tudo o mais que a lei permitir.

*Marcelo* referiu ainda que pretende que no ato solicitado presenciem ao mesmo e o assinem, a sua vizinha *Marília* e o seu neto *João*.

1 - Elabore o ato pretendido por *Marcelo*, suprimindo os elementos que faltam, conjugando o testamento com as disposições legais aplicáveis (oito valores)

2 - Em relação à pretensão da alínea d), há algum procedimento que o Notário deva fazer? Quando? (1,5 - um valor e meio)

3 - Um mês após a feitura do ato, a sua filha *Inês* deslocou-se ao Cartório, solicitando a consulta do documento feito por seu pai. Que resposta lhe dava? Justifique. (1,5 - um valor e meio)

Prova escrita – Direito Notarial e Direito Público  
II (três valores)

No dia 3 de setembro de 2020, deu entrada no seu Cartório Notarial, por via postal, um requerimento com o seguinte teor:

*“António, viúvo, CC xxxxxxx, contribuinte nº xxxxxxxxx, residente na Rua dos Fanqueiros, nº 3, Porto, requer a instauração de processo de inventário destinado à partilha dos bens deixados por óbito da sua falecida esposa, Isabel, que consigo coabitava.*

*Valor: € 15.000.*

*O advogado,*

*José”*

O requerimento não veio acompanhado por qualquer documento.

Que despacho, ou despachos, deverá proferir com vista a garantir o prosseguimento do processo de forma válida e regular?

Fundamente a resposta, indicando o teor concreto do(s) despacho(s), mencionando as normas legais aplicáveis.

(três valores)

\*

## **B) Direito Público**

1. *António* pretende promover uma operação urbanística de construção de vários edifícios destinados a habitação num prédio rústico de que é proprietário e que se encontra localizado numa área classificada, no Plano Diretor Municipal em vigor, como solo urbano.

Como qualificaria a operação em causa do ponto de vista urbanístico? E qual o regime a que ela se encontra sujeita? (dois valores)

Prova escrita – Direito Notarial e Direito Público

2. Por sua vez, *José*, proprietário de um prédio rústico localizado na mesma área territorial, pretende vender uma parte desse mesmo prédio a *Manuel*, que a pretende destinar para a construção da sua casa de habitação.

a) Como qualifica esta operação do ponto de vista urbanístico? E qual o regime a que ela se encontra sujeita? (dois valores)

b) Se lhe fosse solicitada a intervenção na realização deste ato, que documentos lhe exigiria que fossem apresentados? E que documentos exigiria caso *José*, depois de concretizada a sua pretensão, pretendesse proceder à venda da sua “parcela”? (dois valores)